



ATLAS DA VIOLÊNCIA

2018

Daniel Cerqueira - Pesquisador (coordenador) (Ipea)
Renato Sergio de Lima - Pesquisador (FBSP e FGV)
Samira Bueno - Pesquisadora (FBSP)
Danilo Coelho - Pesquisador (Ipea)
Paloma Palmieri Alves - Pesquisadora (Ipea)
Milena Reis - Estagiária
Filipe Merian - Estagiário



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018 – POLÍTICAS PÚBLICAS E RETRATOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

IPEA E FBSP¹

Daniel Cerqueira – Pesquisador (coordenador) (Ipea)

Renato Sergio de Lima – Pesquisador (FBSP e FGV)

Samira Bueno – Pesquisadora (FBSP)

Danilo Coelho – Pesquisador (Ipea)

Paloma Palmieri Alves – Pesquisadora (Ipea)

Milena Reis – Estagiária

Filipe Merian – Estagiário

Rio de Janeiro, junho de 2018

¹ Gostaríamos de agradecer o apoio de Alexandre Gomide, Flavia Schmidt, Erivelton Guedes, Felix Lopez e de vários outros colegas do Ipea, que colaboraram com ideias e sugestões.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	POLÍTICAS EFETIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	3
3.	UM RETRATO DAS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DAS TAXAS DE MORTES VIOLENTAS NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES	8
4.	CONCENTRAÇÃO DE VITIMIZAÇÃO E FOCALIZAÇÃO DA POLÍTICA	27
5.	CONCLUSÕES.....	30
6.	REFERÊNCIAS	32
7.	APÊNDICE	33

1. INTRODUÇÃO

Neste *Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros* fizemos um mapeamento das mortes violentas nos municípios brasileiros com população superior a 100 mil residentes, em 2016, com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Em primeiro lugar, discutimos o papel da prevenção social dentro de uma abordagem de políticas efetivas de segurança pública. Neste ponto, elaboramos o que seja este último conceito e os sete elementos fundamentais geralmente presentes nas experiências nacionais e internacionais que lograram êxito na redução de crimes violentos, em período relativamente curto de tempo. Conforme se verá, dentre esses fatores, um pilar crucial consiste na prevenção social focalizada para as populações vulneráveis. Para ilustrar a interação entre o desenvolvimento humano e as mortes violentas, apresentamos alguns indicadores socioeconômicos selecionados (calculados com base em dados do Censo Demográfico de 2010), a fim de compor uma fotografia para cada um dos 309 municípios listados, quando trouxemos um conjunto de gráficos que correlacionam essas medidas.

2. POLÍTICAS EFETIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Políticas de segurança pública efetivas são o conjunto de princípios, programas e ações de natureza intersetorial que garantem baixas taxas de crime e de sensação de insegurança e medo. Quando as expectativas futuras dos cidadãos se deterioram, quando o medo começa a imperar, deixa-se de confiar nas instituições do Estado, e as pessoas passam a abandonar o espaço público, segregam-se dentro de condomínios e compram armas de fogo. Como se sabe, o medo é um péssimo conselheiro. Nesse caso, tais medidas profiláticas, tomadas pela população, ainda que legítimas, levam exatamente ao sentido contrário ao pretendido, fazendo deteriorar as condições de segurança no presente e recrudescer as taxas de crime no futuro.

Um equívoco muito comum incorrido, recorrentemente, por autoridades no campo da segurança pública é confundir a produção da segurança pública com a produção de atividade do trabalho policial, quando um meio torna-se o fim em si mesmo. Assim, foca-se e exalta-se o número de abordagens policiais ou de apreensão de drogas, por exemplo, que podem não ter nenhum efeito para produzir segurança, ou pior, podem mesmo concorrer no sentido contrário, para fazer aumentar o número de mortes violentas, as balas perdidas e o medo.

Por outro lado, a confusão sobre a produção do trabalho policial com a produção de segurança pública gera uma injustiça para as próprias organizações policiais, pois coloca toda a carga do problema sobre as mesmas. Desse modo, quando a situação se deteriora, a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias. Assim, isentam-se as responsabilidades dos governos por não terem desenvolvido um planejamento adequado e um plano de prevenção que componham uma política de Estado.

Um primeiro ponto das políticas efetivas é, portanto, de foco. Ainda que o objeto da segurança pública seja bastante amplo, qual ou quais são os crimes e eventos que causam mais medo e insegurança para a população? Naturalmente, esses tipos criminais devem ser elevados ao topo das prioridades dentro de um planejamento estratégico, uma vez que a sua prevalência gera não apenas prejuízos humanos e materiais no presente, mas esgarça a confiança da população no aparelho do Estado e contribui para potencializar o crime no futuro.

Não há dúvidas de que as **mortes violentas intencionais** são aquelas com maior poder disruptivo sobre a sociedade e sobre o próprio modelo de segurança pública. Em particular, os 62.517 mil homicídios que ocorreram em 2016 impõem um custo de bem-estar para o país, para além das tragédias humanas incomensuráveis, de cerca de 5,9% do PIB a cada ano (FBSP, 2017, p. 76).

Inúmeras experiências internacionais e nacionais nos mostraram que é possível diminuir a taxa de homicídio num curto espaço de

tempo. Por outro lado, esses *cases* de sucesso – como os de Nova York, Medellín, Ciudad Juárez, Pernambuco (do Pacto pela Vida), Espírito Santo (do Estado Presente) e *Paraíba pela Paz*, entre outros – nos mostraram que não precisamos reinventar a roda para enxergar a luz no final do túnel. Em comum a todas essas experiências, há sete ingredientes, conforme apontado a seguir.

- **Os sete elementos para a segurança efetiva**

O primeiro elemento chama-se **comprometimento do político principal** (seja presidente, governador ou prefeito) com a vida das pessoas, que deverá atuar como o principal indutor da mudança. De fato, como as políticas efetivas envolvem necessariamente processos de mobilização e de articulação com inúmeros atores sociais, bem como a coordenação de ações intersetoriais, apenas o líder político pode ser o fiador e o maestro das transformações, sem o que a lógica e os incentivos de atores institucionais e setoriais pressionam a favor de trajetórias distintas da pretendida.

Em segundo lugar, conforme dito acima, esse líder deverá **mobilizar e articular todas as forças e atores sociais na busca pela paz**, incluindo comunidades, academia, organizações civis, organizações internacionais, empresários, igrejas e as várias agências do Estado. As oportunidades advindas dessa soma de esforços e parcerias estão presentes nas várias dimensões do problema, desde a definição de prioridades locais e troca de informações com as comunidades e academia, passando pelo trabalho associativo entre agências públicas e organizações civis para o desenvolvimento infanto-juvenil e aumento de oportunidades educacionais e laborais para jovens, e culminando, por exemplo, na articulação com empresários para prover postos de trabalho para egressos do sistema de execução penal. Sem essas iniciativas, a reinserção social será apenas uma exceção à regra, fazendo com que o crime não apenas valha a pena, mas seja a única possibilidade de sobrevivência para esses egressos.

Terceiro, há a necessidade de **organizar a gestão da segurança pública com base no método científico e nas evidências empíricas**. Isto é, baseada em dados precisos e diagnósticos locais das dinâmicas criminais e sociais, planejamento, com ações de curto, médio e longo prazos, e monitoramento e avaliação de impacto para saber se cada ação deu o resultado pretendido ou não. Nesse contexto, o modelo de financiamento para garantir previsibilidade e maturação dos projetos no médio e longo prazos é crucial.

O quarto ponto diz respeito ao enfoque no **controle e retirada das armas de fogo e de munições de circulação**. Isso implica ações que afetem o fluxo e o estoque de armas e munições, que passam por legislação responsável, como a manutenção do Estatuto do Desarmamento, mas ainda pelo trabalho de inteligência e investigação para identificar os canais que fazem as armas entrarem ilegalmente no país, além do controle e responsabilização pelas armas e munição extraviadas por organizações pertencentes ou não ao sistema de segurança pública. Estudos mostraram ainda que trabalhos focalizados de abordagens policiais, orientados por análises georreferenciadas, para apreensão de armas nas ruas geram também grande efetividade (Sherman, 2001).

Em quinto lugar, há que se **disseminar espaços de mediação de conflitos**, de modo que o diálogo substitua a violência como instrumento de solução das contendas. Neste ponto uma inovação extremamente importante é a aplicação dos princípios de Justiça Restaurativa em ambientes extrajudiciais, como nas escolas, conforme vem acontecendo em muitos municípios do Sul do Brasil.

Sexto, há que se **mudar o modelo de polícia, de uma abordagem meramente reativa, para um modelo de repressão qualificada**. Nesse contexto, as prioridades seriam orientadas a partir de uma visão estratégica do trabalho policial e de informações produzidas pela inteligência e investigação, de modo a inverter o eixo de prisões de baixa qualidade feitas em flagrante, a partir do policiamento ostensivo, para a identificação e prisão de criminosos que mais danos e

terror causam à sociedade. Os melhores departamentos de polícia em vários países utilizam o modelo de policiamento orientado pela inteligência, que em última instância é um mecanismo que utiliza o planejamento estratégico para impingir maior efetividade aos escassos recursos policiais, a fim de resolver o problema conhecido como o *gap* de demanda.² Nesse ínterim, se faz necessário instituir um sistema de incentivos que venha a valorizar e premiar o bom policial e que venha a controlar o desvio de conduta e expurgar os maus policiais.

Por fim, nenhum dos itens acima garante a sustentabilidade das condições de segurança pública no longo prazo, se não se fechar a fábrica que produz criminosos. Esta funciona embalada no abandono das crianças, que nascem, muitas vezes, no seio de famílias desestruturadas, em ambientes hostis, onde sobra violência e faltam aspirações e oportunidades para se ter uma vida com condições mínimas de dignidade e cidadania. Desse modo, há que se **estruturar uma política de prevenção social, focalizada nos territórios mais conflagrados e nas crianças e jovens, para que eles possam ter um desenvolvimento sadio na primeira infância, acesso a boa educação e oportunidades no mercado de trabalho.**

Além desses sete passos, **no Brasil, há ainda o problema central da política criminal e do saneamento do sistema de execução penal**, que, fora do controle do Estado, termina arregimentando um exército de mão de obra barata para o crime organizado e desorganizado. Nos últimos dez anos, de dentro das prisões foram criadas dezenas de facções criminosas pelo país afora, sobretudo no Norte, no Nordeste e no Sul do país.

² Entre 1960 e 2000, o número de crimes aumentou cinco vezes mais do que o efetivo policial. Cada crime gera um enorme trabalho de cartório e horas de força de trabalho. Tal *gap* de demanda impõe uma realidade aos gestores que não é possível policiar cada esquina e prender todos os criminosos numa cidade, mas é possível direcionar recursos para retirar de circulação e prender homicidas contumazes, e grupos e facções criminosas que geram mais medo e dano à sociedade.

3. UM RETRATO DAS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DAS TAXAS DE MORTES VIOLENTAS NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES

Conforme apontado anteriormente, as experiências bem-sucedidas de redução da criminalidade violenta são sustentadas por dois pilares. Nesse arcabouço, a repressão qualificada, baseada na inteligência policial preventiva e investigativa com absoluto respeito aos direitos da cidadania é conjugada com programas e ações preventivas no campo social, focalizadas em bairros e localidades com populações mais vulneráveis socioeconomicamente e onde se encontram as maiores incidências de crimes violentos.

Ou seja, a nova estratégia abandonou a crença, nunca confirmada, de que se poderia almejar melhores condições na segurança pública pelo endurecimento das leis e encarceramento em massa,³ sobretudo de jovens, negros e de indivíduos com baixa escolaridade. Esse encarceramento foi responsável pelo aumento de mais de 1.000% no número de detentos no país desde 1980 (Cerqueira, 2014) e pressionou o orçamento público, sem que se tivesse qualquer impacto perceptível na evolução da criminalidade, ao mesmo tempo que o número de homicídios cresceu 258%.

A teoria por trás da nova abordagem reconhece, por um lado, que, mais importante do que o aprisionamento em massa de baixa qualidade, na base do policiamento ostensivo e feito em flagrante, são aqueles aprisionamentos de maior qualidade, para a retirada das ruas de homicidas contumazes e líderes de facções criminosas, que só são presos quando há um trabalho prévio de inteligência policial.

³ Uma grande resenha sobre o assunto é devida a Webster e Doob (2003, p. 143), que diz: “*The literature on the effects of sentence severity on crime levels has been reviewed numerous times in the past twenty-five years. Most reviews conclude that there is little or no consistent evidence that harsher sanctions reduce crime rates in Western populations. Nevertheless, most reviewers have been reluctant to conclude that variation in the severity of sentence does not have differential deterrent impacts. A reasonable assessment of the research to date – with a particular focus on studies conducted in the past decade – is that sentence severity has no effect on the level of crime in society*”.

Por outro lado, o enfoque reconhece que o crime nasce como fruto de uma série de circunstâncias que envolvem não apenas o sistema de justiça criminal e as características idiossincráticas dos indivíduos, mas também inúmeras dimensões que se iniciam como o inadequado processo de estímulo, educação, orientação e supervisão de crianças e jovens, bem como a falta de oportunidades de acesso a determinados bens econômicos e simbólicos e, em última instância, a um exercício pleno dos direitos de cidadania. Portanto, dentro dessa lógica, o reconhecimento da origem transversal do problema da delinquência e criminalidade exige a coordenação de ações intersetoriais, que perpassam as áreas de educação, saúde, habitação, cultura, esportes e mercado de trabalho, entre outras.

Nesse contexto, a espinha dorsal centra-se no processo de desenvolvimento no primeiro ciclo de vida, até os 3 anos de idade, passando pela boa educação formal no ensino básico e chegando à oferta de boas oportunidades laborais, ao fim do ciclo escolar.

De fato, nas últimas décadas, vários cientistas, entre os quais o prêmio Nobel de economia, James Heckman, têm pontuado que a primeira infância (e até mesmo o período pré-natal) é a fase mais importante do desenvolvimento humano, quando se formam não apenas as capacidades cognitivas, mas também os atributos socioemocionais, que juntos vão garantir as maiores chances de sucesso de aprendizado e profissional ao longo da vida.

Acerca do desenvolvimento infantil, alguns pesquisadores já documentaram que crianças que nascem em ambientes hostis, onde não apenas não há os estímulos corretos para o seu desenvolvimento, mas também vigora a violência, seja doméstica ou comunitária, e onde não há modelos positivos de sociabilidade a seguir, são aquelas com maiores chances de desenvolverem problemas comportamentais e dificuldades de aprendizado, que comprometerão suas vidas escolares e profissionais. A título de ilustração, no apêndice, fizemos um resumo de três programas de prevenção ao crime adotados nos Estados Unidos e que foram avaliados como de alto impacto.

3.1 Retratos municipais

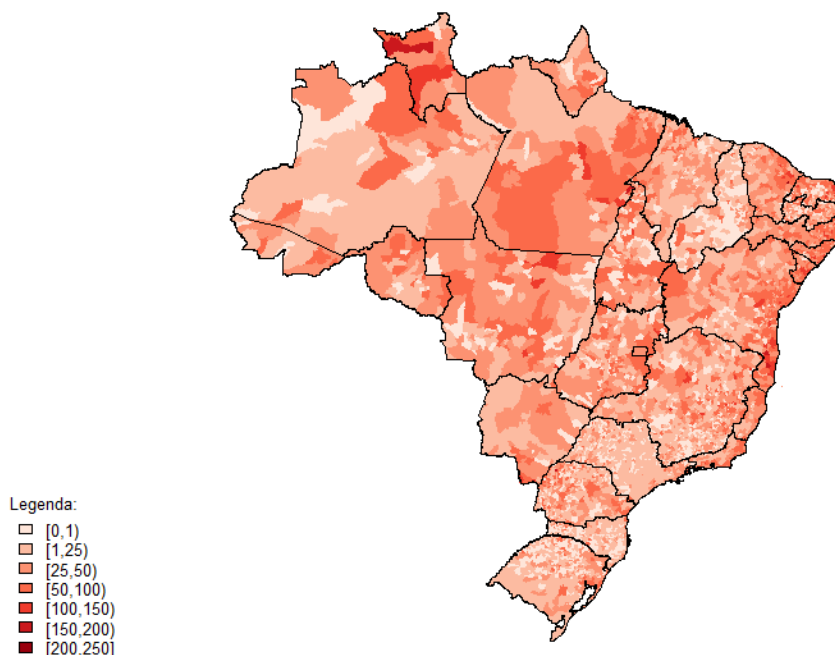
Em primeiro lugar, devemos **definir o que chamamos aqui de mortes violentas**. A princípio, gostaríamos de identificar a epidemiologia das mortes violentas intencionais, que constituem um problema de primeira grandeza para a segurança pública. Sem entrar em qualquer mérito sobre a ilicitude ou não das ações que geraram a morte de terceiros (ainda mais que estamos utilizando a base de dados da saúde, que trata apenas das vítimas), poderíamos trabalhar com o conceito *latu sensu* de homicídios, conforme temos adotado no *Atlas da Violência 2018*, que corresponde à soma dos óbitos causados por agressões mais intervenções legais, conforme a 10^a classificação internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS).⁴ Todavia, como notamos no *Atlas da Violência 2018*, em 2016, 10.274 mortes violentas não tiveram a causa-base esclarecida (6,6% do total), o que pode gerar grandes diferenças na prevalência de homicídios no âmbito do município. Conforme estimativas de Cerqueira (2013), 73,9% das mortes violentas com causa indeterminada eram, na verdade, agressões mal classificadas. Portanto, para evitar maiores distorções nas taxas de mortes violentas entre os municípios, tratamos de agregar essa categoria ao que foi definido anteriormente como homicídios. Assim, o conceito de mortes violentas aqui trabalhado envolve a soma de agressões, intervenções legais e mortes violentas com causa indeterminada, tomando como referência o município de residência da vítima. Na tabela 1, as taxas de mortes violentas se referem ao ano de 2016, último dado oficial do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS).

O mapa 1 ilustra a taxa de mortes violentas nos municípios brasileiros em 2016. Coerente com o que foi apresentado no *Atlas da Violência 2018*, pode-se observar que a maior intensidade de cores com maior prevalência de violência letal situa-se em municípios localizados, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste do país.

⁴ CIDs: X85 a Y09 e Y35-Y36

MAPA 1

Taxa de Homicídios dos Municípios - Brasil, 2016



Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

A fim de fazer um retrato das condições socioeconômicas de cada município, selecionamos onze indicadores relacionados a seis dimensões, sendo elas: educação infanto-juvenil; pobreza; mercado de trabalho; habitação; gravidez na adolescência; e vulnerabilidade juvenil. Estes indicadores se referem ao ano de 2010 e foram calculados tomando como base o Censo Demográfico do IBGE.⁵

Analizando a correlação entre as condições de desenvolvimento humano e as taxas de mortes violentas, em geral, nos municípios com melhores níveis de desenvolvimento humano a taxa de homicídio tende a ser menor. Naturalmente, os gráficos a seguir, ainda que sugestivos, não podem ser interpretados como expressões de relações causais. A esse respeito, existem inúmeros estudos nacionais e internacionais que documentam tal causalidade. No entanto, isso foge ao objetivo deste trabalho.

⁵ Os indicadores estão disponíveis no *Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios Brasileiros*. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>.

De todo modo, é curioso notar uma clara correlação entre as condições educacionais, de oportunidades laborais e de vulnerabilidade econômica e a prevalência de mortes violentas, conforme ilustrado nos gráficos 1 a 11.

GRÁFICO 1

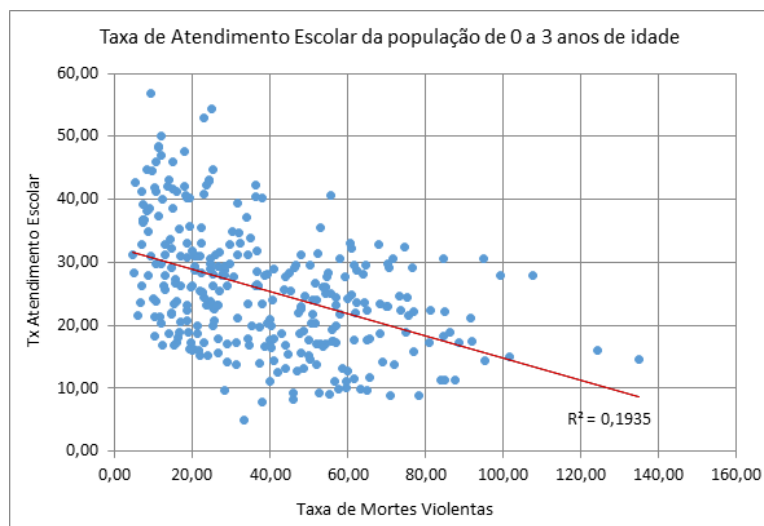


GRÁFICO 2

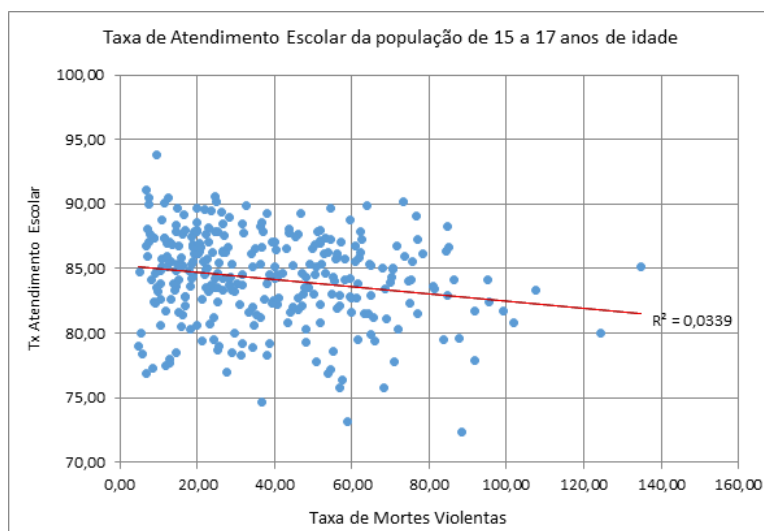


GRÁFICO 3

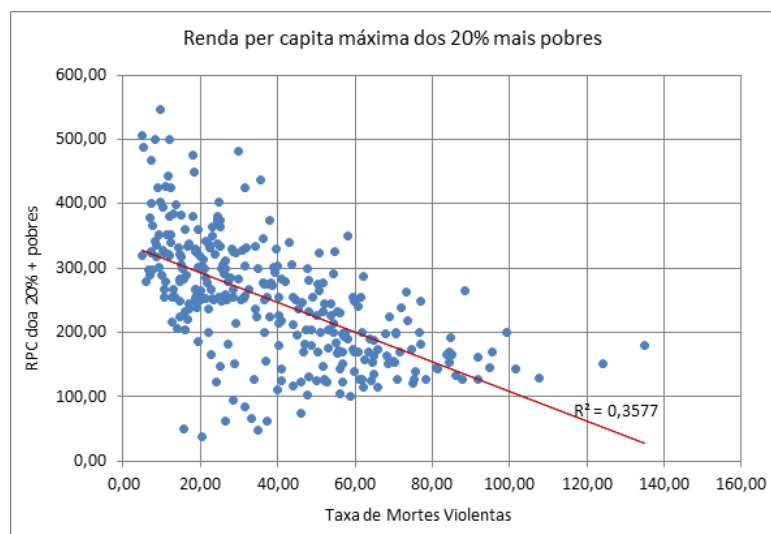


GRÁFICO 4

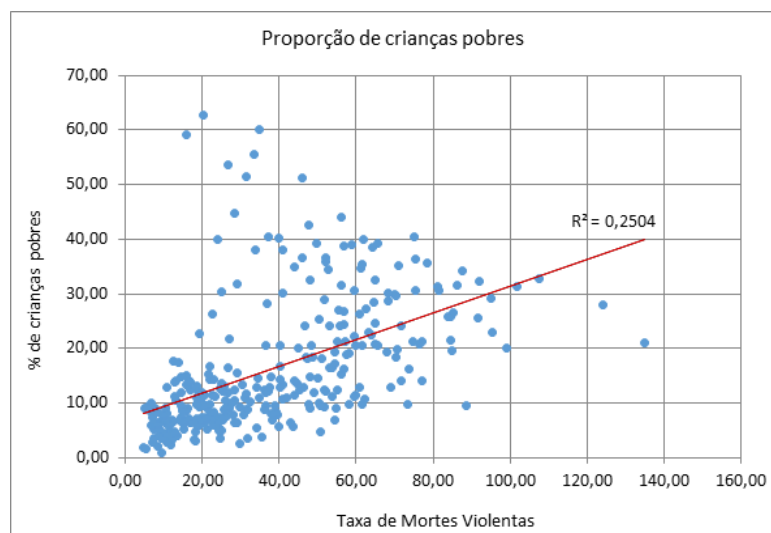


GRÁFICO 5

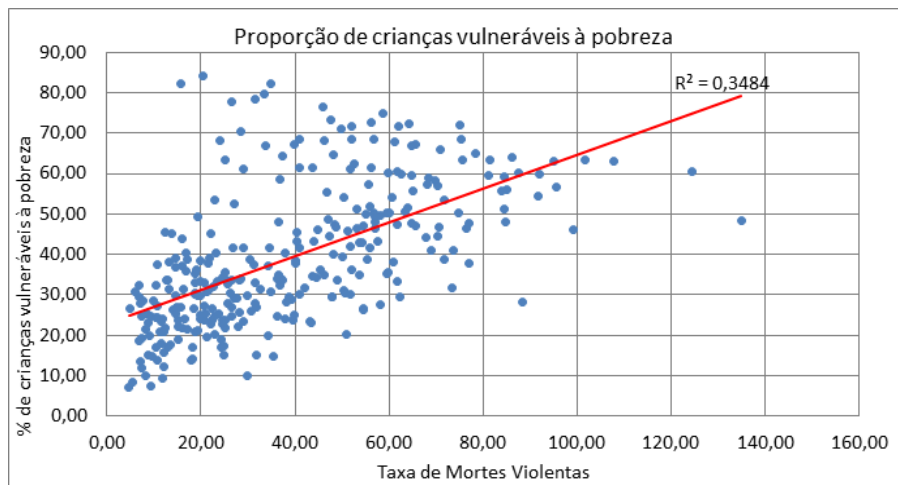


GRÁFICO 6

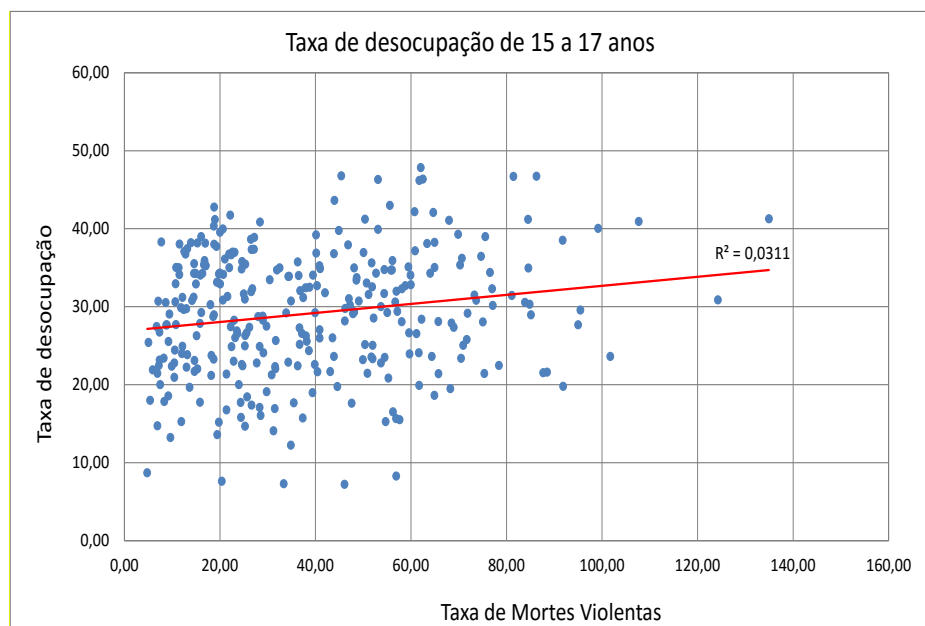


GRÁFICO 7

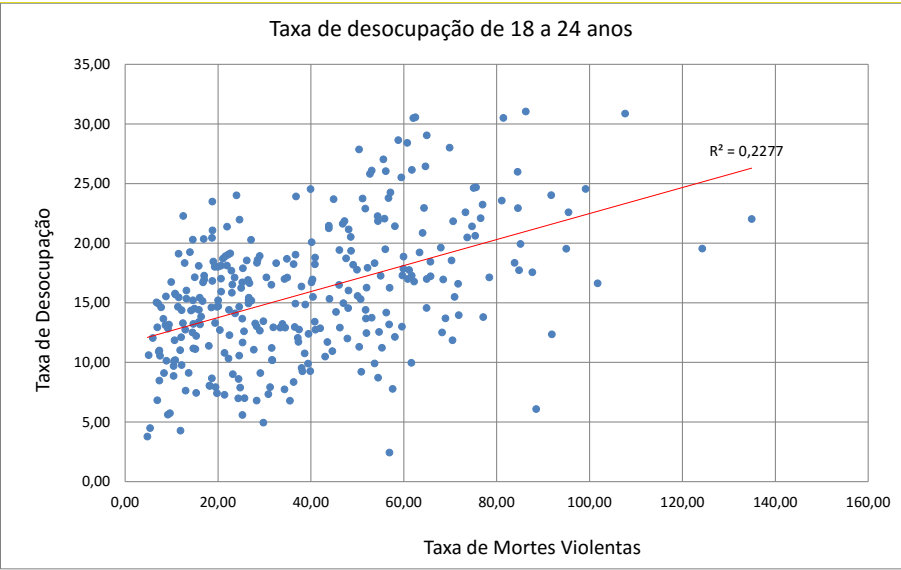


GRÁFICO 8

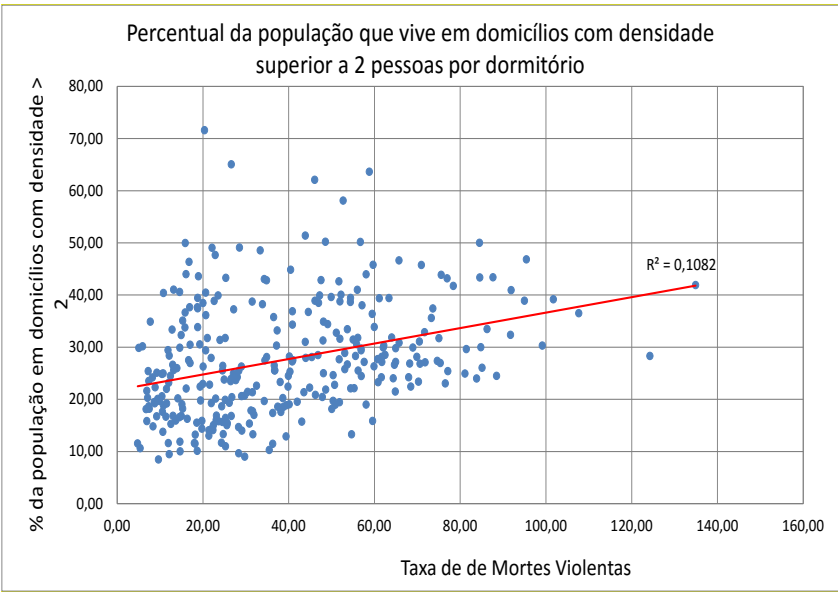


GRÁFICO 9

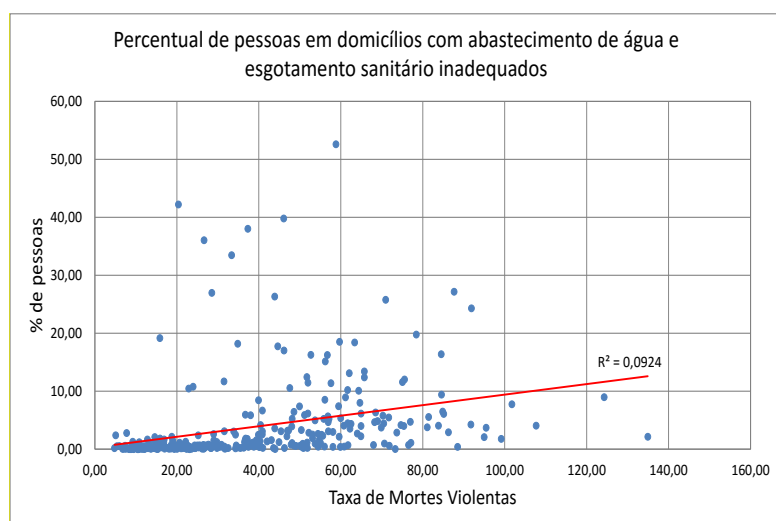


GRÁFICO 10

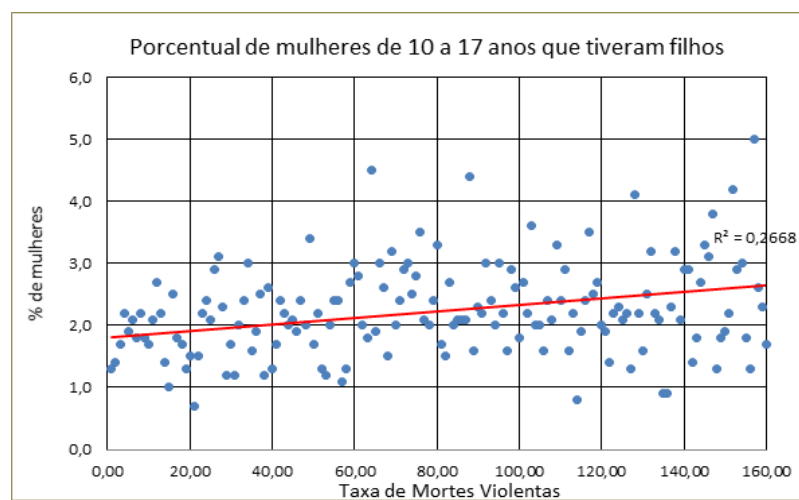
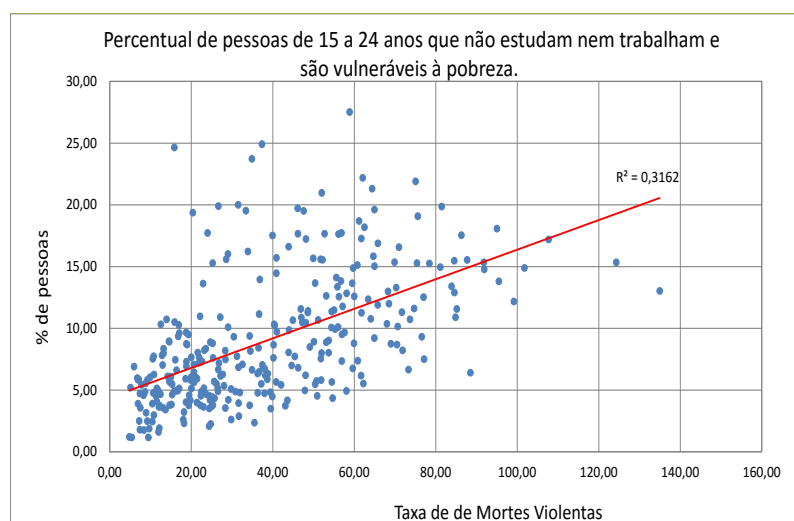


GRÁFICO 11



A tabela 1 dispõe os indicadores para os 309 municípios que possuíam populações com mais de 100 mil residentes em 2016. Nessa tabela, além do indicador de taxas de mortes violentas em 2016, dispomos os dados dos onze indicadores socioeconômicos apontados anteriormente, relativos ao ano de 2010. A primeira linha da tabela refere-se à média dos indicadores relativa a esse conjunto de 309 municípios, em que estes foram ordenados em ordem crescente da taxa de mortalidade violenta por 100 mil habitantes. No apêndice, dispomos os dados apenas para as capitais brasileiras.

A tabela 2 indica a média dos indicadores associados aos dez municípios com menos e com mais violência letal, entre esse conjunto de 309 municípios. Enquanto a média populacional nos dois grupos foi muito parecida, girando em torno de 158 mil habitantes, os demais indicadores mostram diferenças abissais entre as condições de desenvolvimento humano, começando pela taxa de mortes violentas, que, no último grupo, foi mais de dezesseis vezes maior. Ao passo que a taxa de atendimento escolar foi menor no grupo dos mais violentos, sobretudo no que se refere às crianças de até 3 anos, a proporção de extremamente pobres foi mais de nove vezes maior neste grupo. Do mesmo modo, a taxa de desocupação juvenil foi substancialmente maior no grupo mais violento, assim como as condições habitacionais, a proporção de adolescentes grávidas e, ainda, a proporção de jovens que nem estudam, nem trabalham, e que são vulneráveis à pobreza.

TABELA 1

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Brusque	125.810	4,8	31,3	79,1	505,0	1,8	7,2	8,7	3,8	11,5	0,2	1,3	1,2
Atibaia	138.449	5,1	28,3	84,7	320,0	9,0	26,6	25,4	10,6	29,9	2,4	1,4	5,2
Jaraguá do Sul	167.300	5,4	42,6	80,0	487,5	1,6	8,3	18,0	4,5	10,6	0,5	1,7	1,2
Tatuí	117.823	5,9	21,7	78,5	279,2	9,3	30,7	21,9	12,1	30,2	0,5	2,2	6,9
Varginha	133.384	6,7	23,5	86,8	298,0	8,3	29,6	27,5	15,0	18,1	0,1	1,9	6,0
Jaú	144.828	6,9	26,3	76,9	377,5	5,9	18,7	14,7	6,8	21,6	0,1	2,1	3,9
Lavras	101.208	6,9	32,8	91,1	290,0	10,1	32,3	21,5	13,0	15,8	0,2	1,8	5,8
Botucatu	141.032	7,1	41,2	88,1	324,0	7,3	27,8	30,7	14,9	20,3	0,1	2,2	5,9
Indaíatuba	235.367	7,2	36,7	86,0	400,0	2,9	13,4	22,5	10,9	25,4	0,3	1,8	2,5
Limeira	298.701	7,4	36,3	87,1	324,7	6,3	24,7	26,7	11,0	23,5	0,6	1,7	4,7
Valinhos	122.163	7,4	39,2	90,5	466,7	3,5	11,9	23,2	8,5	18,7	0,3	2,1	1,8
Catanduva	120.092	7,5	36,7	89,9	366,4	5,1	19,1	20,0	10,6	18,2	0,1	2,7	3,6
Santana de Parnaíba	129.261	7,7	36,6	87,7	297,8	9,0	28,5	38,3	14,6	34,9	2,8	2,2	5,4
Sertãozinho	121.412	8,2	38,2	84,1	342,5	6,2	21,6	23,4	13,7	24,2	0,1	1,4	4,6
Balneário Camboriú	131.727	8,4	44,6	77,3	500,0	2,0	9,9	17,8	9,1	14,8	0,0	1,0	1,8
Bauru	369.368	8,7	38,4	87,3	335,0	8,4	25,5	30,5	13,1	19,5	0,1	2,5	4,9
Mogi Guaçu	148.327	8,8	28,0	82,4	318,0	6,1	23,1	27,7	15,5	19,2	0,0	1,8	5,5
Jundiá	405.740	8,9	34,8	87,3	424,5	4,1	15,2	27,7	10,1	22,3	0,5	1,7	3,2
Birigui	119.536	9,2	38,6	84,7	352,5	5,0	19,9	18,6	5,6	16,7	0,1	1,3	2,5
Bragança Paulista	162.435	9,2	30,9	82,4	302,0	6,6	24,8	25,5	12,8	25,1	1,3	1,5	5,8
São Caetano do Sul	158.825	9,4	56,9	93,8	546,0	0,9	7,5	29,0	13,2	20,1	0,0	0,7	1,2
Tubarão	103.674	9,6	44,6	83,5	401,7	3,5	14,6	13,2	5,7	8,5	0,7	1,5	1,9
Ourinhos	111.056	9,9	24,1	83,2	290,0	7,9	28,6	22,4	16,7	19,7	0,2	2,2	6,0
Itatiba	114.912	10,4	41,8	82,7	395,0	4,3	17,0	20,9	9,7	24,9	0,8	2,4	2,4
Franca	344.704	10,4	21,3	83,8	327,5	7,1	24,5	22,8	8,9	20,6	0,0	2,1	3,9
Passos	113.807	10,5	18,3	80,6	266,7	9,0	32,4	24,4	10,1	17,6	0,0	2,9	7,5
Araxá	103.287	10,6	45,9	84,8	323,3	6,5	24,4	30,6	11,9	13,8	0,0	3,1	4,8
Petrópolis	298.158	10,7	29,8	88,8	255,0	13,0	37,5	32,9	15,8	25,0	0,7	2,3	7,7
Americana	231.621	10,8	41,2	85,2	427,5	2,9	13,9	27,7	10,2	18,8	0,1	1,2	3,0
Jandira	120.177	10,8	23,7	85,8	278,3	8,0	27,3	35,0	15,7	40,4	1,2	1,7	6,3
Araraquara	228.664	11,4	48,3	90,1	352,5	5,9	20,9	35,0	14,7	16,7	0,1	1,2	4,5
Santos	434.359	11,5	48,4	87,4	442,9	6,1	18,1	34,1	19,1	22,0	0,2	2,0	4,1
Araras	130.102	11,5	37,3	87,4	322,0	4,9	23,4	38,0	15,5	19,2	0,1	2,4	5,1
Itu	168.643	11,9	21,4	81,7	320,0	6,2	24,2	29,9	11,0	29,4	0,2	3,0	5,0
Blumenau	343.715	11,9	50,0	77,5	499,8	2,3	9,2	15,3	4,3	11,6	0,5	1,6	1,6
Santa Bárbara d'Oeste	191.024	12,0	29,8	85,9	380,0	3,5	15,8	24,0	12,1	23,2	0,0	1,9	3,6
Salto	115.193	12,2	20,3	87,0	340,0	7,0	21,0	31,2	14,4	28,4	0,4	2,5	3,8
Maringá	403.063	12,2	47,0	85,2	424,3	3,2	12,2	24,9	9,8	9,5	0,1	1,2	1,9
Piracicaba	394.419	12,4	40,1	85,7	351,7	6,7	21,9	29,7	13,3	24,5	0,2	2,6	4,7

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Barbacena	135.829	12,5	16,8	90,5	215,8	17,7	45,4	37,1	22,3	15,3	0,3	1,3	10,3
Mogi das Cruzes	429.321	12,8	26,4	87,0	255,0	13,7	33,7	36,7	18,3	33,4	1,7	1,7	7,8
Leme	100.296	13,0	31,2	78,0	266,3	11,3	33,7	29,7	12,7	26,6	0,2	2,4	7,0
Palhoça	161.395	13,0	32,7	77,7	383,3	4,8	17,0	22,2	7,6	16,8	0,5	2,2	3,6
Teresópolis	174.587	13,2	28,0	82,6	254,3	14,1	38,2	23,8	15,4	25,6	1,1	2,0	8,3
Carapicuíba	394.465	13,2	25,7	85,6	255,0	10,6	31,5	37,4	16,0	41,0	0,7	2,1	8,0
São José do Rio Preto	446.649	13,7	42,2	86,8	399,0	4,0	17,6	19,7	9,1	15,9	0,1	1,9	3,4
Bagé	121.986	13,9	18,8	83,8	206,2	17,5	45,2	38,2	19,3	26,0	0,2	2,4	10,7
Barretos	119.948	14,2	43,1	83,3	332,0	6,9	26,2	30,8	14,4	20,2	0,3	2,0	6,1
Lages	158.620	14,5	33,6	78,5	249,3	12,0	36,8	31,2	12,5	16,6	0,2	3,4	9,0
Suzano	288.056	14,6	21,8	88,4	224,0	14,9	39,0	34,3	20,3	40,6	1,3	1,7	8,9
Hortolândia	219.039	14,6	32,1	87,8	280,0	7,5	26,6	35,5	15,2	29,9	2,1	2,2	5,7
Umuarama	109.132	14,7	29,2	83,6	322,0	6,6	25,5	23,1	11,2	11,9	0,3	1,3	3,8
Patos de Minas	149.856	14,7	21,9	84,9	284,0	9,6	29,7	21,7	13,2	10,0	0,3	1,2	5,7
São Paulo	12.038.175	14,9	38,5	85,4	316,6	8,6	26,5	34,3	14,5	32,3	0,5	2,0	5,6
Marília	233.639	15,0	46,0	89,7	305,0	8,9	27,0	32,9	17,1	16,8	0,1	2,4	6,1
Ribeirão Preto	674.405	15,1	41,6	86,8	382,5	5,2	18,8	26,3	11,1	19,1	0,2	2,4	3,8
Várzea Paulista	117.772	15,3	16,8	84,2	301,7	6,2	22,2	38,2	12,2	35,1	0,1	1,1	5,5
Cambé	104.592	15,3	23,5	81,6	300,0	6,8	23,7	22,0	7,4	18,2	0,0	1,3	4,6
Cotia	233.696	15,8	26,8	85,3	282,5	8,6	26,9	27,9	13,4	33,8	1,3	2,7	4,9
Itapipoca	126.234	15,8	27,3	80,6	49,2	59,1	82,3	17,7	18,1	36,7	19,2	3,0	24,7
Francisco Morato	169.942	15,9	17,3	85,9	203,3	14,9	43,9	34,0	14,4	50,0	1,8	2,8	10,5
Ferraz de Vasconcelos	186.808	16,1	23,8	87,7	233,3	13,3	37,1	39,0	15,4	44,0	0,4	2,0	7,5
Campinas	1.173.370	16,1	41,2	85,3	360,0	6,8	21,9	29,3	13,2	22,1	0,3	1,8	4,9
Ituiutaba	103.945	16,4	18,0	81,5	290,0	9,2	31,4	34,3	13,8	16,3	0,6	4,5	6,6
São Bernardo do Campo	822.242	16,7	35,3	89,1	333,3	7,1	23,9	35,4	15,2	27,5	0,7	1,9	5,0
Itapevi	226.488	16,8	18,8	82,1	219,8	14,0	40,4	35,9	16,7	46,4	1,2	3,0	9,4
Guarujá	313.421	16,9	20,5	82,8	244,9	12,3	35,9	38,1	20,4	37,6	1,7	2,6	10,3
Sorocaba	652.481	17,0	30,9	87,9	338,8	6,5	21,6	35,3	16,9	27,0	0,1	1,5	5,1
Itapetininga	158.561	17,0	26,3	82,8	235,7	13,8	38,8	35,2	17,3	30,5	0,5	3,2	9,6
Florianópolis	477.798	18,0	47,5	84,9	475,0	3,3	13,9	30,3	11,4	11,6	0,1	2,0	2,6
Criciúma	209.153	18,2	42,2	80,3	380,0	4,9	16,9	21,2	8,0	11,5	0,3	2,4	3,2
São José	236.029	18,2	40,7	83,6	450,0	3,0	14,1	23,7	8,0	13,2	0,1	2,9	2,3
Assis	102.268	18,6	40,3	85,4	325,0	7,2	26,5	28,7	14,6	15,5	0,1	3,0	5,9
Toledo	133.824	18,7	33,0	87,4	330,0	5,9	21,0	23,3	8,7	10,1	0,8	2,5	4,0
Praia Grande	304.705	18,7	30,8	84,2	255,0	10,9	32,9	40,3	20,5	37,7	0,2	2,8	9,7
Cubatão	127.887	18,8	20,7	86,9	249,9	13,1	35,1	29,0	23,5	33,9	2,1	3,5	8,7
Diadema	415.180	18,8	22,5	85,6	266,7	9,7	30,2	38,0	16,8	39,4	0,2	2,1	6,9
Mauá	457.696	18,8	23,1	86,7	266,7	9,8	30,4	42,8	21,1	37,5	0,4	2,0	7,3

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Franco da Rocha	147.650	19,0	18,9	84,5	238,8	12,1	36,1	41,2	18,5	43,6	1,6	2,4	8,7
Uruguaiana	129.720	19,3	16,3	86,2	186,7	22,8	49,2	37,7	18,0	30,5	0,8	3,3	9,5
Rio Claro	201.473	19,4	35,8	87,8	360,0	5,9	21,1	33,1	13,3	22,4	0,0	1,7	3,8
Nova Friburgo	185.102	19,4	40,2	86,1	302,0	9,2	29,7	13,6	7,9	19,8	0,6	1,5	4,6
Apucarana	131.571	19,8	26,0	80,6	320,0	6,8	24,9	15,2	7,4	14,4	0,6	2,7	4,2
Conselheiro Lafaiete	126.420	19,8	17,3	87,9	259,8	11,0	33,3	34,2	14,7	15,9	0,2	2,0	5,8
Barra Mansa	180.126	20,0	16,1	88,6	250,0	11,9	38,4	34,3	18,0	23,0	0,5	2,1	7,7
Barueri	264.935	20,0	31,8	89,6	264,0	9,9	30,0	39,5	15,2	38,5	0,2	2,1	6,1
Sumaré	269.522	20,0	26,2	87,8	302,0	7,3	23,9	32,9	14,7	26,3	0,1	2,1	5,1
Cametá	132.515	20,4	16,3	86,2	38,3	62,7	84,2	7,6	12,7	71,6	42,2	4,4	19,4
Ribeirão Pires	121.130	20,6	29,4	86,4	314,3	6,4	23,7	30,8	18,1	29,4	1,1	1,6	6,4
Guarulhos	1.337.087	20,6	31,1	87,0	253,3	11,4	33,0	40,0	17,0	40,5	0,6	2,3	7,1
Osasco	696.382	20,7	28,8	86,4	299,1	9,4	27,2	34,1	15,9	36,1	0,8	2,2	5,6
Votorantim	118.858	21,0	31,1	86,6	298,8	7,4	25,4	36,1	18,7	31,8	0,1	3,0	6,1
Arapongas	116.960	21,4	20,0	79,5	341,7	5,3	19,6	21,4	7,3	14,1	0,2	2,4	4,0
Araguari	116.871	21,4	18,7	82,7	286,0	9,1	30,8	16,8	10,8	13,0	0,8	2,0	5,9
Rio Grande	208.641	21,6	16,1	85,5	253,3	15,3	37,9	31,3	18,9	22,8	0,3	3,0	8,0
Jacareí	228.214	21,9	30,9	84,6	276,0	9,8	31,4	36,7	18,1	27,9	0,3	2,2	7,2
Itabira	118.481	21,9	25,4	89,6	237,3	14,3	39,1	35,0	21,4	19,3	0,8	1,6	7,6
Itaquaquecetuba	356.774	22,1	15,2	83,5	199,9	16,7	45,1	41,7	19,0	49,1	1,3	2,9	11,0
Uberlândia	669.672	22,2	33,0	85,0	337,0	6,8	22,9	27,4	10,3	14,5	0,2	2,6	3,8
Presidente Prudente	223.749	22,3	35,6	87,7	331,3	7,2	23,7	36,6	14,4	14,1	0,1	1,8	4,5
Uberaba	325.279	22,4	28,2	85,7	332,0	8,1	26,7	24,9	12,3	15,1	0,1	2,7	4,9
São Vicente	357.989	22,6	25,3	85,1	266,7	11,4	32,1	37,0	19,2	38,9	0,6	2,2	7,3
Corumbá	109.294	22,9	17,2	83,2	166,3	26,4	53,4	23,0	17,7	47,7	10,5	3,6	13,6
São Carlos	243.765	23,0	40,8	87,1	363,6	5,9	20,2	28,3	15,8	20,2	0,1	2,0	3,6
Vitória	359.555	23,1	52,9	88,1	350,0	8,4	24,7	37,0	16,5	16,0	0,0	2,0	5,2
Muriae	107.916	23,2	24,5	80,7	253,3	14,3	40,3	26,0	9,0	16,9	0,4	1,6	8,2
Poa	114.650	23,5	23,2	89,5	250,0	11,2	33,4	26,9	17,1	39,9	0,1	2,4	8,4
Pocos de Caldas	164.912	23,6	42,3	83,8	322,0	6,8	25,5	26,5	14,1	15,8	0,2	2,1	4,7
Parnaiba	150.201	24,0	15,2	86,2	123,1	40,0	68,3	20,0	24,0	31,4	10,8	3,3	17,7
Chapeco	209.553	24,3	43,0	81,3	373,7	5,4	19,0	17,7	7,0	11,7	0,7	2,4	2,1
Itajaí	208.958	24,4	42,8	79,5	379,4	4,9	16,9	15,8	8,6	18,7	0,2	2,9	3,5
Santo André	712.749	24,6	30,7	90,6	374,0	7,5	23,7	34,8	14,7	25,5	0,2	1,6	4,2
Londrina	553.393	24,6	29,0	83,6	337,5	6,8	22,9	22,6	10,6	15,7	0,3	2,2	4,5
Pindamonhangaba	162.327	24,6	23,8	87,9	254,8	12,7	34,2	35,8	22,0	26,4	0,6	0,8	8,9
Joinville	569.645	24,8	29,8	84,3	401,7	3,6	15,0	22,4	7,9	13,3	0,3	1,9	2,3
Paulinia	100.128	25,0	54,4	90,1	375,0	5,0	17,3	31,6	16,2	23,8	0,6	2,4	3,7
Ponta Grossa	341.130	25,2	22,9	78,7	253,8	13,6	35,5	31,0	13,7	19,9	0,5	3,5	8,8

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Patos	107.067	25,2	19,9	82,5	146,4	30,4	63,3	25,0	16,7	31,8	2,4	2,5	15,3
Erechim	102.906	25,3	28,1	83,6	363,3	7,3	21,8	14,7	5,6	11,0	0,4	2,7	4,4
Araçatuba	193.828	25,3	44,8	87,9	332,9	6,8	23,7	26,3	11,7	16,4	0,3	2,0	3,8
Embu das Artes	264.448	25,3	26,2	84,7	248,5	12,1	33,8	35,4	17,9	43,3	0,6	1,9	7,6
Santa Maria	277.309	25,6	20,8	85,5	299,5	13,2	32,6	26,6	12,6	15,1	0,6	1,4	5,7
Novo Hamburgo	249.113	25,7	22,7	79,0	306,0	8,7	27,7	18,4	7,0	15,4	0,3	2,2	4,3
Volta Redonda	263.659	26,2	31,3	89,4	290,5	10,4	30,6	27,3	18,6	19,3	0,1	2,3	5,5
Brasília	2.977.216	26,5	23,2	88,4	299,7	9,4	27,1	38,6	16,9	23,5	0,7	2,1	5,1
Taubaté	305.174	26,5	29,4	86,2	312,2	7,7	24,8	31,9	14,9	23,9	0,1	2,2	4,9
Ipatinga	259.324	26,6	23,2	83,4	258,3	11,9	33,7	37,3	15,2	16,8	0,1	1,3	6,7
Parintins	112.716	26,6	15,7	86,4	61,7	53,7	77,7	17,4	15,4	65,1	36,1	4,1	19,9
Pelotas	343.651	26,8	17,8	84,2	250,0	16,6	41,7	32,3	16,7	20,4	0,4	2,2	7,2
Montes Claros	398.288	27,1	25,4	87,6	181,1	21,8	52,5	37,4	20,3	24,9	0,6	1,6	10,9
Taboão da Serra	275.948	27,2	31,6	86,3	278,6	9,1	29,3	38,9	15,2	37,3	0,4	2,5	6,2
Três Lagoas	115.561	27,7	27,8	77,0	285,0	10,0	29,3	22,8	11,1	23,7	0,8	3,2	6,3
São José dos Campos	695.992	28,0	28,3	86,7	329,0	7,9	22,3	28,7	13,3	24,3	0,7	2,2	5,3
Colatina	123.598	28,3	29,3	83,7	255,0	10,5	33,7	24,9	13,0	14,7	0,2	2,1	8,2
Divinópolis	232.945	28,3	28,7	84,2	325,0	6,3	25,7	17,1	6,8	9,7	0,2	0,9	3,6
Guaratinguetá	119.753	28,4	27,9	89,0	266,0	12,3	34,1	40,8	18,4	25,5	0,6	0,9	7,5
Santarém	294.447	28,5	9,6	84,3	95,7	44,6	70,3	16,1	18,6	49,1	27,0	2,3	15,6
Teófilo Otoni	141.502	29,0	14,2	85,4	152,0	31,8	61,1	28,8	18,9	26,3	2,6	3,2	16,0
Guarapuava	179.256	29,0	17,1	78,5	213,2	15,6	41,7	28,3	12,7	20,6	1,5	2,1	10,1
Cascavel	316.226	29,1	26,3	83,4	324,0	6,5	23,3	24,1	9,1	14,0	0,6	2,9	4,2
Campo Grande	863.982	29,7	29,8	83,2	284,0	9,3	29,8	27,5	13,5	20,7	1,2	2,9	5,1
Bento Gonçalves	114.203	29,8	32,8	80,0	482,5	2,7	10,1	19,1	5,0	9,0	0,2	1,4	2,6
Cachoeiro de Itapemirim	210.325	30,4	34,9	83,9	249,8	13,3	38,8	33,5	17,1	21,4	0,4	1,8	9,3
Passo Fundo	197.798	30,8	27,6	82,2	326,7	7,9	26,1	21,3	7,3	15,4	0,8	2,7	4,9
Ubá	112.186	31,2	13,9	78,3	253,3	10,9	37,5	14,1	7,9	17,9	0,4	3,3	7,7
Caxias	161.926	31,5	17,3	83,7	84,0	51,4	78,3	16,9	16,5	38,7	11,7	3,1	20,0
Dourados	215.486	31,6	21,2	79,2	256,0	11,6	32,9	22,3	11,2	21,4	3,1	3,8	6,8
Pouso Alegre	145.535	31,6	31,2	88,5	302,9	8,9	28,0	22,1	10,2	17,7	0,5	1,3	3,9
Curitiba	1.893.997	31,7	39,5	84,5	424,0	3,5	15,2	25,7	10,2	13,3	0,1	1,8	2,9
Belo Horizonte	2.513.451	31,9	34,7	87,8	332,5	8,8	27,0	34,7	12,9	17,0	0,2	1,9	4,8
Resende	126.084	32,5	33,1	89,9	266,7	10,3	31,4	35,0	18,3	22,6	0,2	2,2	7,1
Bragança	122.881	33,4	5,0	81,6	67,3	55,4	79,6	7,3	12,9	48,6	33,5	4,2	19,5
Sobral	203.682	33,9	37,2	86,2	126,7	38,0	66,9	29,2	13,2	38,2	3,1	2,9	16,2
Itapeçerica da Serra	169.103	34,3	23,4	82,0	236,7	12,8	37,1	33,9	17,0	43,0	2,5	3,0	9,4
Pinhais	128.256	34,3	31,2	78,9	332,9	5,5	20,0	22,9	7,7	19,7	0,1	1,8	3,8
Santa Luzia	217.610	34,5	17,8	85,1	223,5	14,6	41,8	33,9	12,9	27,5	0,7	1,3	8,2

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Codó	120.548	34,8	16,8	80,6	48,0	60,0	82,2	12,2	18,7	42,8	18,2	5,0	23,7
Rio de Janeiro	6.498.837	34,9	33,9	86,6	299,7	11,0	30,8	30,7	17,1	28,1	0,3	2,6	6,6
Caxias do Sul	479.236	35,5	20,0	81,4	436,7	3,9	14,7	17,7	6,8	10,3	0,2	2,3	2,4
Juiz de Fora	559.636	36,3	26,3	88,3	276,3	12,3	33,9	35,7	18,2	17,4	0,4	1,7	6,3
Santa Cruz do Sul	126.775	36,3	42,3	85,3	346,7	8,9	24,8	22,4	8,4	11,5	0,2	0,8	4,8
Caraguatatuba	115.071	36,5	40,5	81,3	250,0	11,8	34,9	34,0	13,0	35,8	1,2	2,3	8,4
Linhares	166.491	36,6	31,9	74,7	200,0	20,6	48,2	27,3	14,9	26,5	1,5	4,1	11,2
Maricá	149.876	36,7	26,4	88,5	274,0	9,6	32,4	25,2	19,0	25,5	5,9	2,1	6,5
Campina Grande	407.754	36,8	28,5	86,7	155,5	28,2	58,7	32,1	23,9	25,5	1,8	2,7	14,0
Palmas	279.856	37,2	26,2	87,9	254,8	12,2	34,1	26,6	12,1	30,3	1,8	2,5	5,5
São Félix do Xingu	120.580	37,3	14,1	69,1	62,5	40,5	64,4	15,7	11,7	33,2	38,0	4,4	24,9
São Leopoldo	229.678	37,4	19,7	82,6	274,0	12,8	33,6	31,2	12,8	18,6	0,4	2,0	7,0
Niterói	497.883	38,0	40,2	89,2	375,0	8,0	23,9	32,4	16,4	18,4	0,6	1,9	4,7
Ji-Paraná	131.560	38,0	7,9	83,9	224,4	14,7	40,3	26,2	9,5	23,3	5,9	2,1	6,7
Campo Largo	125.719	38,2	23,3	78,3	277,5	6,8	28,3	25,6	9,3	17,6	1,0	3,2	6,2
Rio Verde	212.237	38,6	16,7	79,2	272,7	8,2	29,4	24,4	10,8	20,3	1,2	3,9	5,9
Vila Velha	479.664	38,8	27,8	84,6	302,0	9,5	28,8	32,5	14,9	18,5	0,4	2,1	6,3
Itumbiara	101.544	39,4	20,3	82,4	293,3	8,4	28,9	19,0	9,9	12,9	1,5	3,3	4,8
Cachoeirinha	126.666	39,5	28,1	87,1	329,8	7,7	23,8	34,0	12,4	18,9	0,6	2,0	3,5
Sinop	132.934	39,9	16,9	82,5	302,5	5,7	25,0	22,6	9,3	22,4	2,5	3,2	4,5
Garanhuns	137.810	39,9	17,7	84,2	111,4	40,1	67,4	29,2	24,5	24,5	8,5	2,5	17,5
Sete Lagoas	234.221	40,1	20,9	87,1	254,0	12,8	37,7	39,2	16,7	19,0	0,4	1,6	7,6
Paranaguá	151.829	40,2	11,1	85,2	226,0	14,4	38,6	36,9	20,1	28,2	0,6	2,7	8,7
Guarapari	121.506	40,3	19,9	84,3	214,8	16,6	43,3	32,7	17,0	25,3	1,4	1,9	10,3
Boa Vista	326.419	40,4	16,4	86,5	179,0	20,6	45,5	21,7	15,5	44,9	4,2	4,2	10,2
Cuiabá	585.367	40,8	24,0	84,4	283,3	10,8	30,0	35,2	13,4	27,3	2,5	2,5	5,7
Petrolina	337.683	40,9	14,4	82,2	142,4	30,0	61,6	26,0	18,2	36,9	3,1	3,5	14,5
Crato	129.662	40,9	29,0	84,6	124,6	38,1	68,5	27,0	18,8	34,3	6,7	2,5	15,7
Ibirité	175.721	41,0	17,8	82,8	219,2	13,4	41,7	34,9	12,7	27,5	0,2	1,7	9,7
Gravataí	273.742	42,0	12,5	84,7	278,0	10,9	31,6	31,8	12,9	19,5	1,4	1,8	5,4
Goiânia	1.448.639	43,1	18,7	86,6	339,7	6,5	23,3	21,7	10,5	15,7	1,6	2,3	3,7
Araucária	135.459	43,6	25,6	80,8	306,0	5,6	23,2	26,0	11,7	21,4	0,2	2,7	4,2
São Gonçalo	1.044.058	43,9	27,6	87,8	254,4	11,5	34,5	36,8	21,5	31,0	3,6	2,4	8,1
Barcarena	118.537	43,9	13,2	88,1	116,7	34,9	61,4	23,6	21,3	51,4	26,3	4,0	16,6
Vespasiano	120.510	44,0	16,9	81,6	212,5	14,1	43,2	43,6	15,3	28,0	0,0	2,2	9,9
Porto Velho	511.219	44,6	15,3	82,0	250,0	13,6	34,3	19,8	10,9	36,7	17,8	3,7	7,0
João Pessoa	801.718	44,9	28,4	85,3	195,0	20,2	46,1	39,8	23,7	22,2	1,2	3,4	10,7
Valparaíso de Goiás	156.419	45,4	25,4	87,4	237,2	12,5	36,1	46,8	14,2	28,1	3,1	2,6	7,7
Abaetetuba	151.934	46,1	9,3	87,6	74,6	51,2	76,6	7,2	16,5	62,1	39,8	4,1	19,7

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Açailândia	110.543	46,1	8,2	82,7	122,4	36,7	68,2	28,2	19,4	38,9	17,0	4,0	17,7
Foz do Iguaçu	263.915	46,2	29,2	81,9	247,0	13,0	35,1	29,8	12,9	20,9	0,2	2,4	6,8
Teresina	847.430	46,8	29,5	89,3	169,6	24,1	55,3	37,9	21,6	28,5	2,2	2,5	11,6
Águas Lindas de Goiás	191.499	47,0	12,7	82,1	182,5	18,4	48,7	31,0	15,0	38,5	3,2	2,3	10,9
Duque de Caxias	886.917	47,2	21,9	84,6	204,0	18,2	44,5	30,2	21,9	39,9	3,2	2,7	10,5
Bacabal	103.020	47,6	18,7	83,0	102,0	42,7	73,5	17,6	18,7	42,9	10,6	4,4	19,5
Canoas	342.634	47,9	22,6	83,6	300,0	9,7	29,4	29,1	12,0	20,5	0,8	2,2	5,0
Macaé	239.471	48,0	31,3	84,3	281,7	9,0	29,4	29,3	14,6	31,3	3,9	3,6	6,2
Cariacica	384.621	48,1	15,6	79,3	233,2	14,7	40,1	35,0	16,0	25,0	1,1	3,3	10,5
Juazeiro	220.253	48,1	22,9	80,3	131,0	32,4	64,8	29,3	21,2	34,9	5,3	4,1	17,2
Manaus	2.094.391	48,6	13,1	83,6	180,0	20,6	47,3	33,4	20,5	50,2	6,5	4,4	11,3
Governador Valadares	279.665	48,6	19,1	83,5	203,8	18,3	46,6	33,7	19,4	21,9	0,6	2,2	11,4
Angra dos Reis	191.504	49,1	24,6	85,3	254,0	11,9	33,5	30,7	18,2	34,4	0,6	2,7	8,5
Timon	166.295	49,9	17,6	86,6	124,6	39,2	71,2	23,2	17,8	39,6	7,4	3,1	15,7
Coronel Fabriciano	109.857	50,1	15,2	83,0	226,3	14,6	39,3	36,9	15,6	18,2	0,6	1,3	8,9
Paulista	325.590	50,4	29,6	86,9	168,8	25,3	54,1	41,2	27,9	24,6	3,3	2,0	13,7
Sapucaia do Sul	138.933	50,4	14,6	84,5	275,0	10,1	31,2	25,2	11,3	19,7	0,4	2,1	5,5
Rondonópolis	218.899	50,7	20,2	85,2	265,6	9,6	30,4	33,0	15,3	22,8	0,9	2,8	5,7
São José dos Pinhais	302.759	50,9	24,0	77,8	324,4	4,8	20,1	21,5	9,2	19,0	0,2	3,1	4,5
Itaboraí	230.786	51,1	21,7	87,9	200,0	18,2	45,9	31,6	23,7	32,8	5,9	2,1	10,7
Paço do Lumiar	119.915	51,7	26,8	87,0	146,7	28,9	61,1	23,6	22,9	42,6	12,5	2,9	15,6
Sabará	135.196	51,8	20,3	87,1	233,3	12,5	42,1	35,6	14,4	27,7	1,1	2,2	7,5
Contagem	653.800	51,9	23,9	88,0	276,8	9,4	30,3	32,5	13,7	19,4	0,2	1,9	5,8
Várzea Grande	271.339	52,0	13,9	82,3	245,0	12,2	36,2	23,3	12,5	31,6	6,1	2,4	8,0
Maranguape	125.058	52,0	17,1	80,8	125,0	36,5	71,8	25,0	16,3	38,8	11,5	4,2	21,0
Juazeiro do Norte	268.248	52,2	31,4	85,3	127,5	35,9	68,6	28,5	17,9	40,1	2,9	2,9	15,6
Santana	113.854	52,7	9,2	86,2	123,3	34,5	62,3	34,3	25,8	58,1	16,3	3,4	17,7
Recife	1.625.583	53,1	35,6	87,4	176,5	24,2	51,2	46,3	26,1	25,8	2,5	2,8	12,6
Ribeirão das Neves	325.846	53,1	17,1	84,7	203,3	16,6	46,4	39,9	13,8	28,9	1,9	2,2	8,9
Cabo Frio	212.289	53,7	26,1	86,3	226,7	16,5	43,0	30,0	18,3	33,4	5,0	2,9	9,0
Piraquara	106.132	53,7	16,6	76,9	244,4	11,2	35,0	22,8	9,9	26,7	1,0	2,9	8,0
Mesquita	171.020	54,4	25,1	89,7	214,7	17,2	42,8	31,7	22,3	38,7	0,6	1,6	10,1
Nova Iguaçu	797.435	54,4	17,0	87,3	199,1	19,3	47,0	34,7	21,9	39,5	2,7	2,7	11,4
Colombo	234.941	54,5	26,0	77,2	291,4	6,9	26,5	23,5	8,7	22,1	0,4	3,5	5,7
Catalão	100.590	54,7	27,7	83,1	325,0	9,0	26,4	15,3	12,6	13,3	1,5	1,5	4,4
Fortaleza	2.609.716	55,0	28,4	84,4	183,3	21,3	49,9	29,2	17,3	31,5	1,1	2,9	11,5
Trindade	119.385	55,3	9,1	78,6	233,3	12,4	38,8	20,8	11,2	22,1	2,5	2,9	9,9
Maceió	1.021.709	55,6	25,1	84,1	166,7	27,1	57,3	43,0	27,0	28,3	2,3	4,0	14,1
Campos dos Goytacazes	487.186	55,8	40,6	85,8	172,4	24,0	51,7	34,7	22,1	30,6	5,2	2,9	13,4

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
São João de Meriti	460.541	56,0	17,5	86,1	231,2	15,2	41,5	34,7	19,5	41,0	0,4	2,4	10,1
Ilhéus	178.210	56,1	19,3	82,0	143,2	31,7	61,6	35,9	26,0	31,8	8,5	5,7	17,6
Lagarto	103.188	56,2	17,5	85,8	105,0	44,1	72,7	16,5	14,2	25,5	15,2	2,4	12,6
Macapá	465.495	56,7	11,0	82,9	151,4	26,8	50,3	30,6	23,8	50,2	16,3	4,0	13,8
Iguatu	102.013	56,9	17,3	75,8	124,0	38,8	68,4	15,7	13,2	29,7	5,7	3,6	17,7
Santa Cruz do Capibaribe	103.660	56,9	23,2	68,4	198,8	16,3	46,6	8,3	2,4	29,4	4,7	3,1	7,4
São Mateus	126.437	56,9	24,4	82,2	170,0	24,4	49,4	32,0	16,3	24,5	3,1	2,5	9,5
Magé	236.319	57,1	19,8	87,0	193,3	21,3	48,0	29,4	24,3	38,0	5,2	3,1	11,8
Ariquemes	105.896	57,6	9,9	76,4	200,0	18,8	43,1	15,5	7,8	27,2	11,4	3,4	9,7
Porto Alegre	1.481.019	58,1	30,5	84,1	350,0	9,7	27,7	28,1	12,1	19,0	0,4	2,3	4,9
Belford Roxo	494.141	58,1	21,7	85,7	190,8	19,2	49,7	32,3	21,4	44,0	3,0	2,7	12,8
Tailândia	100.300	58,8	13,2	73,2	100,0	39,0	75,0	32,7	28,7	63,6	52,6	3,7	27,5
São Luís	1.082.935	59,5	27,7	88,8	173,0	22,3	50,4	35,1	25,5	36,4	7,4	2,1	13,7
Anápolis	370.875	59,6	11,2	84,3	254,0	11,2	35,4	26,6	13,0	15,9	2,1	2,7	6,8
Tucuruí	108.885	59,7	10,1	82,8	139,1	30,6	60,3	23,9	17,3	45,8	18,5	3,7	14,9
Serra	494.109	59,9	24,2	81,7	249,0	11,3	35,6	34,0	17,9	26,3	0,4	2,8	8,8
Novo Gama	108.410	60,0	12,7	82,8	170,0	20,5	50,4	32,8	18,9	33,9	5,3	4,2	12,6
Olinda	390.144	60,7	33,0	85,5	169,7	26,2	54,1	42,2	28,4	27,7	4,1	2,7	15,1
Betim	422.354	60,8	24,9	86,8	241,4	12,9	38,2	37,2	17,0	23,3	0,5	1,8	7,4
Caucaia	358.164	61,1	32,2	82,7	127,5	34,7	68,0	26,5	17,8	39,4	8,9	3,6	18,7
Aparecida de Goiânia	532.135	61,6	11,5	83,9	254,2	9,7	33,3	24,1	10,0	24,2	10,2	2,5	6,2
Paulo Afonso	119.930	61,7	17,7	79,5	127,5	35,4	60,6	19,9	17,3	28,2	4,5	4,5	17,3
Salvador	2.938.092	61,7	29,5	85,9	199,8	20,5	47,3	46,2	26,2	27,2	0,7	2,2	11,3
São Lourenço da Mata	111.197	62,1	21,9	86,3	115,6	40,1	71,8	47,8	30,5	29,9	13,1	3,2	22,2
Rio das Ostras	136.626	62,2	23,7	87,8	287,1	10,7	29,4	28,4	16,8	30,3	3,5	2,4	5,5
Camaragibe	155.228	62,5	28,8	87,3	158,0	27,2	59,8	46,4	30,6	28,5	4,4	2,4	18,2
Rio Branco	377.057	63,4	9,8	81,5	169,6	22,9	50,6	38,1	19,2	39,4	18,4	4,1	12,4
Araruama	124.940	64,0	28,1	89,9	190,5	22,5	51,6	34,3	20,9	31,8	2,7	2,5	10,8
Vitória de Santo Antão	136.706	64,4	23,5	81,5	124,4	38,4	72,3	23,6	23,0	24,0	10,1	3,3	21,3
Jaboatão dos Guararapes	691.125	64,7	29,5	85,4	153,1	28,5	59,5	42,1	26,4	26,6	8,0	2,7	15,8
Formosa	114.036	64,9	9,7	85,2	187,8	20,7	47,6	18,6	14,6	21,5	2,2	4,2	9,2
Igarassu	113.956	64,9	22,4	82,9	134,9	32,5	67,0	38,2	29,1	29,8	6,1	1,6	19,6
Barreiras	155.519	64,9	17,8	79,9	162,9	24,6	55,6	35,0	17,0	27,2	4,0	3,7	15,0
Paraúapebas	196.259	65,7	11,6	81,2	174,2	20,6	47,2	28,1	18,5	46,6	13,4	4,9	11,9
Arapiraca	232.671	65,8	17,8	79,4	114,3	39,3	67,1	21,4	17,2	30,8	12,4	3,1	16,9
Parnamirim	248.623	68,0	32,9	85,0	198,8	19,3	44,3	41,1	19,6	24,2	0,7	3,1	10,4
Caruaru	351.686	68,2	23,4	75,8	164,4	28,6	57,3	19,5	12,5	26,8	4,7	3,1	13,0
Vitória da Conquista	346.069	68,5	18,7	83,4	151,7	30,2	58,8	27,9	17,0	22,4	6,3	3,0	12,0
Senador Canedo	102.947	69,0	14,1	81,1	224,0	12,8	41,0	27,4	13,7	29,9	4,9	3,7	8,8

Município	População	Taxa de Homicídio + MVCI	Educação		Pobreza			Trabalho		Habitação		Gravidez na adolescência	Vulnerabilidade Juvenil
			Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
			0 a 3 anos	15 a 17 anos									
Média dos municípios com mais de 100 mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Itabuna	220.386	69,9	23,1	83,9	155,5	30,0	58,2	39,3	28,0	28,1	3,7	3,5	15,4
Santo Antônio de Jesus	102.469	70,3	29,8	84,4	153,0	29,6	56,9	35,3	18,6	23,4	5,8	2,9	13,3
Araguaína	173.112	70,5	22,9	85,1	197,5	18,4	44,6	23,4	11,9	31,1	4,5	3,5	8,7
Natal	877.662	70,6	29,1	84,9	200,7	19,9	46,9	36,2	21,8	26,8	1,0	2,4	10,1
Paragominas	108.547	70,9	8,7	77,8	126,7	35,0	66,1	25,0	15,5	45,8	25,8	4,3	16,6
Imperatriz	253.873	71,7	30,5	86,8	170,0	24,1	53,5	25,8	16,6	32,9	5,5	3,3	11,3
Alvorada	207.392	71,8	13,8	80,3	237,5	14,1	38,6	29,2	14,0	27,1	0,6	3,3	8,2
Nilópolis	158.319	73,3	24,7	90,2	262,5	9,8	31,7	31,5	22,6	35,6	0,0	1,4	6,7
Itaguaí	120.855	73,6	22,4	85,9	218,3	16,3	40,9	30,8	20,5	37,4	2,9	2,9	10,7
Mossoró	291.937	74,7	32,5	84,0	174,6	21,4	50,4	36,5	21,4	27,4	4,2	2,5	11,6
Santa Rita	135.915	75,0	18,9	82,4	120,4	40,3	72,2	28,0	24,6	31,7	11,6	4,3	21,9
Jequié	161.880	75,4	24,4	84,1	128,0	36,2	68,4	21,4	20,6	27,0	4,0	3,0	15,3
São José de Ribamar	176.008	75,6	21,6	85,6	138,8	30,5	63,5	39,0	24,7	43,9	12,0	2,8	19,1
Aracaju	641.523	76,5	29,2	89,0	199,5	20,9	46,4	34,4	22,1	23,0	0,7	2,8	9,3
Belém	1.446.042	77,0	22,2	87,2	182,0	21,4	47,6	32,3	23,2	43,2	4,7	3,0	12,5
Viamão	252.872	77,1	15,9	81,5	249,4	14,2	37,9	30,2	13,8	25,4	1,1	2,7	7,5
Castanhal	192.571	78,4	8,8	86,2	128,0	35,6	64,9	22,5	17,1	41,7	19,8	3,7	15,3
Alagoinhas	155.362	81,1	17,3	83,7	145,0	31,3	59,5	31,4	23,6	24,9	3,8	3,1	15,0
Cabo de Santo Agostinho	202.636	81,4	22,4	83,4	142,5	30,7	63,6	46,7	30,5	29,6	5,6	4,3	19,9
Teixeira de Freitas	159.813	83,8	11,3	79,5	165,0	25,9	55,6	30,6	18,4	24,0	4,1	5,0	13,4
Marituba	125.435	84,5	30,6	86,4	153,7	25,7	59,3	41,2	26,0	50,0	16,4	3,9	15,5
Ananindeua	510.834	84,6	18,3	88,3	170,0	21,5	51,2	34,9	22,9	43,4	9,4	2,9	12,9
Luziânia	196.864	84,8	11,3	82,9	192,0	19,6	48,1	30,3	17,7	30,0	6,5	4,1	10,9
Feira de Santana	622.639	85,1	22,2	86,7	164,8	26,4	56,0	28,9	19,9	26,0	6,1	2,9	11,6
Nossa Senhora do Socorro	179.661	86,3	18,8	84,1	133,3	31,5	64,1	46,7	31,1	33,5	2,9	3,0	17,5
Marabá	266.932	87,7	11,3	79,7	127,2	34,1	60,1	21,5	17,6	43,4	27,2	5,2	15,5
Almirante Tamandaré	114.129	88,5	17,2	72,3	265,0	9,4	28,1	21,6	6,1	24,5	0,4	5,2	6,4
Camaçari	292.074	91,8	21,1	81,7	161,0	25,7	54,5	38,5	24,0	32,4	4,3	3,8	15,3
Altamira	109.938	91,9	17,4	77,9	126,8	32,2	59,8	19,8	12,4	40,9	24,3	4,7	14,8
Maracanaú	223.188	95,0	30,6	84,1	145,0	29,1	63,2	27,7	19,5	38,9	2,1	2,7	18,1
Japeri	100.562	95,5	14,4	82,4	170,0	23,0	56,7	29,6	22,6	46,8	3,7	4,6	13,8
Lauro de Freitas	194.641	99,2	27,9	81,8	200,0	20,1	46,1	40,0	24,6	30,3	1,8	3,0	12,2
Porto Seguro	147.444	101,7	15,0	80,8	144,1	31,4	63,3	23,6	16,6	39,2	7,8	5,0	14,9
Simões Filho	134.674	107,7	27,9	83,3	129,7	32,8	63,1	40,9	30,9	36,5	4,1	3,0	17,2
Eunápolis	114.275	124,3	16,1	80,0	151,9	28,1	60,4	30,9	19,5	28,3	9,0	4,3	15,3
Queimados	144.525	134,9	14,5	85,1	180,0	21,1	48,5	41,3	22,0	41,9	2,1	2,9	13,0

Fontes: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – MS/SVS/CGIAE e Estimativas de População (IBGE).

Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela Causa CID-BR-10: 110, 111, 112, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal e eventos cuja intenção é indeterminada.

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 2

	População	Taxa de Homicídio + MCVI	Taxa de atendimento escolar da população		Renda per capita dos 20% mais pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% da população em domicílios com densidade > 2	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
Média dos indicadores para os 10 municípios mais PACÍFICOS (P)	160.390	6,3	32,1	83,8	360,6	6,2	21,9	21,8	10,3	20,7	0,5	1,8	4,3
Média dos municípios com mais de 100mil habitantes	375.860	38,67	25,56	84,18	250,14	16,40	39,04	29,12	15,80	27,54	3,83	2,62	9,03
Média dos indicadores para os 10 municípios mais VIOLENTOS (V)	157.545	103,0	20,2	81,0	167,3	25,3	54,4	31,4	19,8	36,0	5,9	3,9	14,1
Relação (V)/(P)	0,98	16,25	0,63	0,97	0,46	4,05	2,48	1,44	1,93	1,74	11,82	2,17	3,26

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

4. CONCENTRAÇÃO DE VITIMIZAÇÃO E FOCALIZAÇÃO DA POLÍTICA

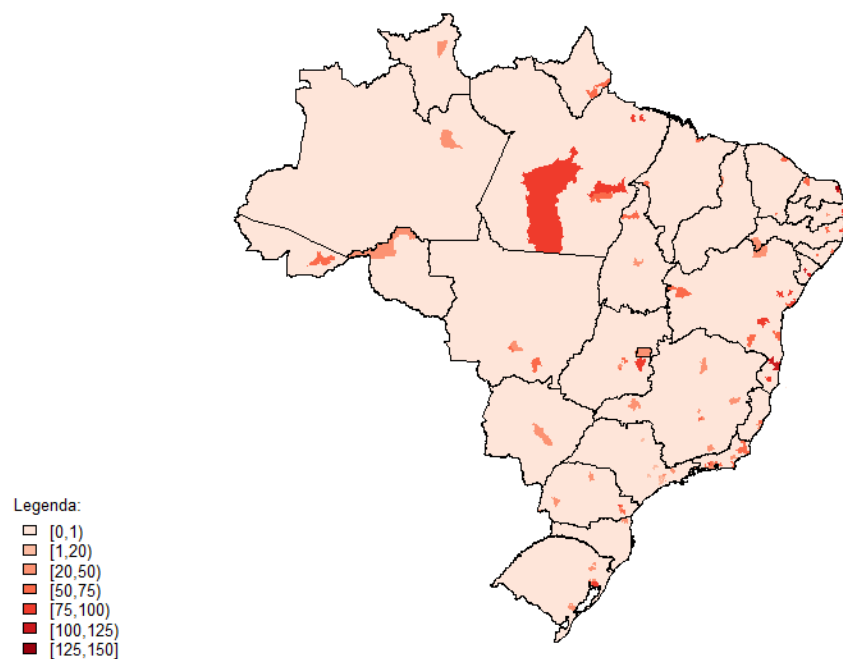
Ainda que uma política de segurança pública tenha como característica principal a universalidade, o planejamento para a prevenção e o controle do crime deve levar em conta a focalização territorial, ou uma maior ênfase de determinadas ações em alguns territórios, tendo em vista que a prevalência do fenômeno criminal ocorre de forma concentrada. Para se ter uma ideia, em 2016, 50% das mortes violentas aconteceram em 123 municípios, que correspondem a 2,2% do total de municípios. Em Cerqueira (2016), foi levantado que nos municípios mais violentos do país, metade dos homicídios aconteciam em, no máximo, 10% dos bairros.

Comparando com 2015, quando 109 municípios respondiam por metade das mortes violentas no país, percebeu-se um aumento no número de municípios que respondem por essa fatia. Isso, certamente, é parte de um processo em curso, desde meados dos anos 2000, quando tem-se observado um espraiamento do crime para cidades menores.

Os mapas 2 e 3 ilustram a localização dos municípios que responderam, em 2016, com 50% e 75% das mortes violentas no país.

MAPA 2

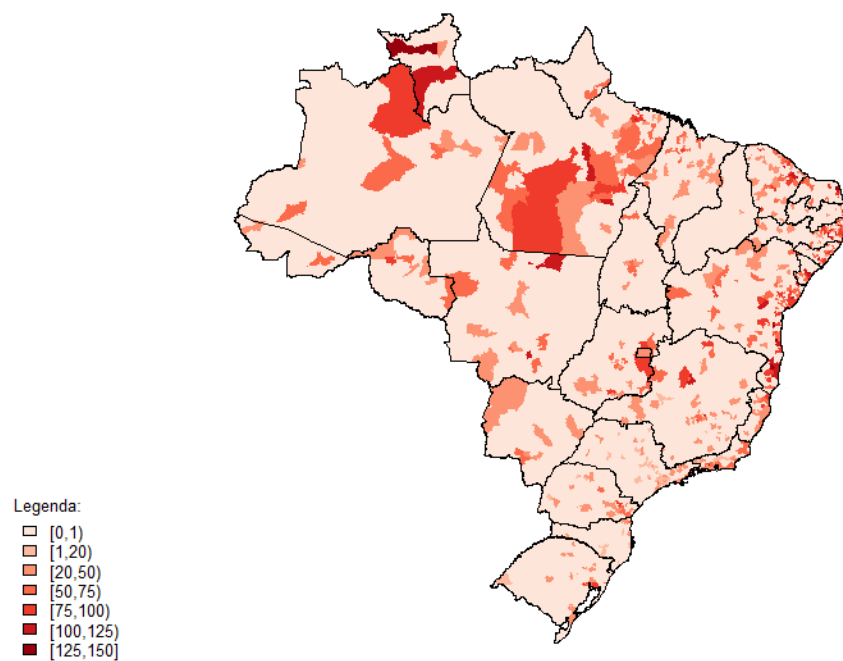
Taxa de Homicídios Municípios que concentram 50% dos Homicídios



Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

MAPA 3

Taxa de Homicídios Municípios que concentram 75% dos Homicídios



Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

A tabela 3 descreve o conjunto dos 123 municípios que respondem por 50% das mortes violentas no país.

TABELA 3

UF	Município	Taxa de homicídio + MVCI	UF	Município	Taxa de homicídio + MVCI
AC	Rio Branco	63,4	MA	São Luís	59,5
AL	Maceió	55,6		Imperatriz	71,7
AP	Arapiraca	65,8		São José de Ribamar	75,6
AM	Manaus	48,6		Belo Horizonte	31,9
AP	Macapá	56,7		Contagem	51,9
	Salvador	61,7		Betim	60,8
	Feira de Santana	85,1		Juiz de Fora	36,3
	Camaçari	91,8	MG	Ribeirão das Neves	53,1
	Vitória da Conquista	68,5		Uberlândia	22,2
	Lauro de Freitas	99,2		Governador Valadares	48,6
	Itabuna	69,9		Montes Claros	27,1
	Porto Seguro	101,7		Sete Lagoas	40,1
BA	Simões Filho	107,7	MS	Campo Grande	29,7
	Eunápolis	124,3		Cuiabá	40,8
	Teixeira de Freitas	83,8	MT	Várzea Grande	52,0
	Alagoinhas	81,1		Rondonópolis	50,7
	Jequié	75,4		Belém	77,0
	Juazeiro	48,1		Ananindeua	84,6
	Barreiras	64,9	PA	Marabá	87,7
	Ilhéus	56,1		Castanhal	78,4
	Fortaleza	55,0		Parauapebas	65,7
CE	Caucaia	61,1		Marituba	84,5
	Maracanau	95,0		Altamira	91,9
	Juazeiro do Norte	52,2	PB	João Pessoa	44,9
DF	Brasília	26,5		Campina Grande	36,8
	Serra	59,9		Santa Rita	75,0
ES	Vila Velha	38,8		Recife	53,1
	Cariacica	48,1		Jaboatão dos Guararapes	64,7
	Goiânia	43,1		Caruaru	68,2
	Aparecida de Goiânia	61,6	PE	Ondina	60,7
GO	Anápolis	59,6		Cabo de Santo Agostinho	81,4
	Luziânia	84,8		Paulista	50,4
	Águas Lindas de Goiás	47,0		Petrolina	40,9
				Camaragibe	62,5

UF	Município	Taxa de homicídio + MVCI	UF	Município	Taxa de homicídio + MVCI
PI	Teresina	46,8	RO	Porto Velho	44,6
	Curitiba	31,7	RR	Boa Vista	40,4
	São José dos Pinhais	50,9		Porto Alegre	58,1
PR	Londrina	24,6		Viamão	77,1
	Colombo	54,5		Caxias do Sul	35,5
	Foz do Iguaçu	46,2	RS	Canoas	47,9
	Almirante Tamandaré	88,5		Alvorada	71,8
	Cascavel	29,1		Gravataí	42,0
	Rio de Janeiro	34,9		Pelotas	26,8
	São Gonçalo	43,9	SC	Joinville	24,8
	Nova Iguaçu	54,4		Aracaju	76,5
	Duque de Caxias	47,2		Nossa Senhora do Socorro	86,3
	Belford Roxo	58,1	SE	Itabaiana	118,7
	Campos dos Goytacazes	55,8		São Cristóvão	118,0
	São João de Meriti	56,0		São Paulo	14,9
	Queimados	134,9		Guarulhos	20,6
RJ	Niterói	38,0		São José dos Campos	28,0
	Magé	57,1		Campinas	16,1
	Itaboraí	51,1	SP	Santo André	24,6
	Nilópolis	73,3		Osasco	20,7
	Macaé	48,0		São Bernardo do Campo	16,7
	Cabo Frio	53,7		Sorocaba	17,0
	Japeri	95,5		Ribeirão Preto	15,1
	Angra dos Reis	49,1		Araguaína	70,5
	Mesquita	54,4	TO	Palmas	37,2
	Itaguaí	73,6			
	Natal	70,6			
	Mossoró	74,7			
RN	Parnamirim	68,0			
	São Gonçalo do Amarante	106,3			
	Ceará-Mirim	129,5			

Fontes: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – MS/SVS/CGIAE e Estimativas de População (IBGE).

Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela Causa CID-BR-10: 110, 111, 112, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal e eventos cuja intenção é indeterminada. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

5. CONCLUSÕES

Os desafios no campo da segurança pública no Brasil são enormes. No entanto, existem mecanismos e políticas efetivas para mitigar o problema da violência, conforme inúmeras experiências internacionais e mesmo nacionais nos mostraram. As bases para a implementação de tais políticas foram sucintamente discutidas neste documento e passam, em primeiro lugar, pelo total comprometimento do principal líder político, nas várias esferas de governo.

Se, num horizonte considerável de tempo, parece impossível mudar as condições que legaram ao país uma das mais altas taxas de homicídio no mundo, percebe-se que o problema da violência letal é concentrado em determinados territórios. Assim, 2,2% dos municípios brasileiros concentram metade das mortes violentas no país. Em outros estudos, foram levantados dados que indicaram que, nesses municípios mais violentos, metade dos homicídios concentravam-se em menos de 10% dos bairros. Sabe-se ainda que, mesmos nos bairros com maiores prevalências de vitimização letal, a incidência de crime não ocorre de modo homogêneo, mas em algumas comunidades pertencentes a essas localidades. Diante desse fato, fica claro que com planejamento e políticas focalizadas territorialmente é possível mudar a realidade dessas comunidades e bairros, com grande impacto nas condições de segurança pública das cidades e mesmo do país.

Se, por um lado, as ações devem passar, necessariamente, pelo uso mais inteligente e qualificado do sistema coercitivo para retirar de circulação e levar ao sistema de justiça criminal homicidas contumazes, líderes de facções criminosas e criminosos que representam mais risco para a sociedade, por outro o planejamento deve ser baseado em ações intersetoriais, ações estas voltadas para a prevenção social e para o desenvolvimento infanto-juvenil em famílias em situação de vulnerabilidade.

Neste documento, trouxemos uma fotografia da heterogeneidade na prevalência de violência letal nos 309 municípios com mais de 100

mil habitantes em 2016. Verificamos ainda que existem diferenças abissais entre as condições de desenvolvimento humano nos municípios mais e menos violentos, o que ilustra e reforça o achado de inúmeros estudos que mostram a importância de investir em nossas crianças hoje para que elas não sejam os bandidos de amanhã. Com inteligência e método, podemos sonhar com um futuro mais pacífico. Mas precisa haver interesse e envolvimento de toda a sociedade.

6. REFERÊNCIAS

- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Ipea e FBSP,
- BARNETT, W. S. **Lives in the balance**: Age-27 benefit-cost analysis of the High/Scope Perry Preschool, 1996.
- CERQUEIRA, D. R. C. **Mapa de homicídios ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea. 2013 (Texto para Discussão, n. 1848).
- CERQUEIRA, D. R. C. *et al.* **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Nota Técnica, n. 18).
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 11, 2017.
- REYNOLDS, A. J. *et al.* **Long-term Effects of an Early Childhood Intervention on Educational Achievement and Juvenile Arrest: a 15-Year Follow-Up of Low-income Children in Public Schools**. Jama, 2001.
- SHERMAN, L. W. Reducing gun violence: what works, what doesn't, what's promising. **Criminology and Criminal Justice**, v. 1, n. 11, 2001.
- WEBSTER, C. M.; DOOB, A. Sentence severity and crime: Accepting the null hypothesis. *In*: TONRY, M. (Ed.). **Crime and Justice: A Review of Research**. Chicago: University of Chicago Press, 2003. v. 30.

7. APÊNDICE

Taxa de Mortes Violentas nas Capitais Brasileiras, 2016

Taxa de Homicídio			Taxa de MVCI			Taxa de Homicídios + MVCI		
UF	Município	2016	UF	Município	2016	UF	Município	2016
SP	São Paulo	10,1	SP	São Paulo	4,8	SP	São Paulo	14,9
SC	Florianópolis	17,2	SC	Florianópolis	0,8	SC	Florianópolis	18,0
ES	Vitória	17,2	ES	Vitória	5,8	ES	Vitória	23,1
DF	Brasília	25,5	DF	Brasília	0,9	DF	Brasília	26,5
MS	Campo Grande	20,3	MS	Campo Grande	9,5	MS	Campo Grande	29,7
PR	Curitiba	29,4	PR	Curitiba	2,3	PR	Curitiba	31,7
MG	Belo Horizonte	24,8	MG	Belo Horizonte	7,1	MG	Belo Horizonte	31,9
RJ	Rio de Janeiro	25,8	RJ	Rio de Janeiro	9,1	RJ	Rio de Janeiro	34,9
TO	Palmas	35,7	TO	Palmas	1,4	TO	Palmas	37,2
RR	Boa Vista	36,1	RR	Boa Vista	4,3	RR	Boa Vista	40,4
MT	Cuiabá	37,1	MT	Cuiabá	3,8	MT	Cuiabá	40,8
GO	Goiânia	41,8	GO	Goiânia	1,2	GO	Goiânia	43,1
RO	Porto Velho	44,0	RO	Porto Velho	0,6	RO	Porto Velho	44,6
PB	João Pessoa	44,3	PB	João Pessoa	0,6	PB	João Pessoa	44,9
PI	Teresina	44,1	PI	Teresina	2,7	PI	Teresina	46,8
AM	Manaus	47,8	AM	Manaus	0,7	AM	Manaus	48,6
PE	Recife	41,0	PE	Recife	12,1	PE	Recife	53,1
CE	Fortaleza	44,6	CE	Fortaleza	10,4	CE	Fortaleza	55,0
AL	Maceió	55,3	AL	Maceió	0,3	AL	Maceió	55,6
AP	Macapá	56,1	AP	Macapá	0,6	AP	Macapá	56,7
RS	Porto Alegre	55,6	RS	Porto Alegre	2,4	RS	Porto Alegre	58,1
MA	São Luís	55,5	MA	São Luís	4,0	MA	São Luís	59,5
BA	Salvador	57,8	BA	Salvador	3,9	BA	Salvador	61,7
AC	Rio Branco	62,6	AC	Rio Branco	0,8	AC	Rio Branco	63,4
RN	Natal	62,7	RN	Natal	8,0	RN	Natal	70,6
SE	Aracaju	73,0	SE	Aracaju	3,6	SE	Aracaju	76,5
PA	Belém	76,1	PA	Belém	0,8	PA	Belém	77,0

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de mortes violentas na capital de residência foi obtido pela soma das seguintes Causas CID-BR-10: 110 a 112, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

QUADRO 1

Exemplo ilustrativo de programa para prover orientação para jovens mães grávidas em situação de vulnerabilidade social

Dentro desse foco, um dos programas mais conhecidos e avaliados nos Estados Unidos é o *Nurse-Family Partnership*, que se inicia ainda durante a gestação do primeiro filho de mulheres pobres e continua até os dois anos de idade da criança. O programa consiste de visitas semanais de enfermeiras que procuram melhorar a qualidade da gestação e a saúde e o desenvolvimento da criança, além de aprimorar o próprio curso de desenvolvimento da vida da mãe, por meio de observação e orientação durante as visitas ao lar, que duram de uma hora a noventa minutos. Alguns objetivos específicos incluem melhorar a dieta alimentar da mãe, assim como ajudá-la a eliminar o consumo de cigarros, bebidas alcoólicas e drogas. Por outro lado, o acompanhamento das enfermeiras se presta a identificar gestação arriscada e encorajar boas práticas de higiene pessoal e exercícios físicos. Segundo o *Washington State Institute for Public Policy*, cada dólar investido nesse programa gera benefícios sociais de US\$ 2,9, o que evidencia a viabilidade do programa.

QUADRO 2

Exemplo de programa de educação infantil para crianças em situação de vulnerabilidade social

Dentre os programas voltados para a educação infantil, um dos mais conhecidos e avaliados nos Estados Unidos é *Perry Preschool Project*, que foi iniciado no começo dos anos 1960, cujo objetivo era oferecer educação infantil de qualidade para crianças afrodescendentes de 3 a 4 anos, em situação de vulnerabilidade social. O programa foi baseado em teorias do desenvolvimento infantil, a partir dos trabalhos de Piaget e Dewey, em que aulas diárias de 2,5 horas eram complementadas com visitas semanais de 1,5 hora à casa da criança, onde a mãe era instada e orientada a se envolver no processo educacional do filho, de modo a complementar o currículo pré-escolar na própria residência. Basicamente, o projeto se desenvolve em turmas pequenas, na proporção de um professor para cada seis crianças, em que estas se engajam num processo de aprendizado ativo, que envolve tomada de decisão para a solução de problemas e onde as atividades são planejadas, executadas e revistas pelas próprias crianças, com apoio do professor. Muitos pesquisadores avaliaram a efetividade desse programa, entre os quais Barnett (1996), que comparou indivíduos com perfis idênticos, que participaram ou não do programa. Segundo o autor, até os 27 anos de idade, enquanto 7% das crianças que haviam participado do programa tinham se envolvido em mais de quatro detenções por infrações, esse número era de 35% para os não participantes, ou um indicador cinco vezes maior.

QUADRO 3

Exemplo de programa orientado para promover a competência social, emocional e autorregulação em crianças e adolescentes

Um dos mais conhecidos nos Estados Unidos é o *Big Brothers Big Sisters (BBBS) Community-Based Mentoring (CBM) Program*, que se baseia na supervisão e no aconselhamento por um adulto (entre 22 e 49 anos) para crianças e adolescentes entre seis e 18 anos. O programa apoia o desenvolvimento juvenil, com base no contato da criança com adultos que servem como modelos pró-sociais. O programa dura no mínimo um ano, quando o mentor se reúne com o jovem de duas e quatro vezes por mês, em encontros que duram de três a cinco horas. O “conselheiro” atua para reduzir os fatores de risco e reforçar os fatores de proteção para comportamentos positivos dos jovens. O programa é direcionado para familiares monoparentais residentes em comunidades de baixa renda, em que as crianças e os jovens, além de estarem expostos às situações de alto risco e de exposição a violência e traumas em casa e na comunidade, muitas vezes têm de lidar com o estresse do encarceramento de pais. Vários estudos mostraram que o programa contribuiu para diminuir, de forma substancial, o experimento e o abuso de álcool e outras drogas, além de reduzir comportamentos antissociais e melhorar o desempenho escolar.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.